



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS**

**TAMIRES ROCHA LOPES**

**O IDEB DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAGUAÍNA: UMA  
ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

**ARAGUAÍNA**

**2016**

**TAMIRES ROCHA LOPES**

**O IDEB DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAGUAÍNA: UMA  
ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura – Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína, como requisito parcial para a obtenção de grau de licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Dr. João de Deus Leite

**ARAGUAÍNA**

**2016**

**TAMIRES ROCHA LOPES**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**O IDEB DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAGUAÍNA: UMA  
ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura – Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína, como requisito parcial para a obtenção de grau de licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Dr. João de Deus Leite

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. João de Deus Leite (Orientador)

---

Prof. Dr. Márcio Araujo de Melo  
Membro avaliador

---

Prof. Me Uagne Coelho Pereira  
Membro avaliador

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pela vida e pelas oportunidades concedidas, por me sustentar em todos os momentos de fraqueza.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João de Deus Leite, pela orientação e pela confiança no meu trabalho.

À minha mãe Cyclene, por todo amor, dedicação e incentivo para que eu jamais desistisse dos meus sonhos. Por cuidar do meu filho nos momentos de ausência, e por ser essa pessoa tão batalhadora, mulher guerreira, minha fonte de inspiração.

Ao meu filho Matheus, meu porto seguro, que, com seu amor e sua paciência, compreendeu minha ausência. Você é o motivo das minhas lutas, não medirei esforços, por você, eu vou até o fim.

Ao meu esposo Kercio, que sempre me incentivou numa busca de um futuro melhor. Obrigada por ser essa pessoa tão especial.

Aos meus Irmãos Tarciane, Jand e Vitória, minha prima Samilla, pela confiança e pelo apoio.

Aos professores da UFT, por todo o conhecimento transmitido, sem vocês eu não teria conseguido.

Às amizades plantadas e colhidas durante a graduação, em especial à Glória, por sempre me ouvir nos momentos de dificuldade; à Adriana, pelas mensagens diárias e orações; minha companheira de Estágio Supervisionado, Julice, pela parceria e amizade; à Katiane, à Leneide e à Danielle, que, no final do curso, proporcionaram-me momentos cheios de muitas risadas.

Todos aqueles que fizeram parte de mais este capítulo que se finda, o meu MUITO OBRIGADA!

## RESUMO

Este trabalho traz à tona a análise e a problematização da realidade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de duas escolas públicas de Araguaína, considerando a menção e a incorporação discursiva que se fazem no âmbito do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas. Partindo da premissa de que os PPP se configuram como um documento relevante e instituído por lei, sobretudo da concepção de que eles criam uma realidade e uma identidade para a instituição escolar, torna-se necessária a realização deste trabalho, já que ele mostra o modo como as escolas, a partir da atuação de seus profissionais, dão um lugar para a política nacional do IDEB. Essa política compõe a dimensão do currículo escolar. Sendo assim, buscamos mostrar como cada escola dimensiona essa política e que tipo de relação se apresenta nessa dimensão, tendo os PPP como ponto de partida. Para tanto, elaboramos alguns questionamentos, tais como: qual o papel dos PPP na condição de documento que cria uma realidade para a escola? Como é mencionado o IDEB no PPP? Quais ações de intervenção e de afrontamento das questões da leitura? Em que sentido o IDEB influencia nas especificidades das práticas da gestão escolar? As análises vão mostrar que a realidade do IDEB é constante, no âmbito dos PPP das duas escolas, e que a questão do desempenho escolar dos alunos é delineada, de modo enfático, tendo os números do IDEB como horizonte. As ações estratégicas traçadas pela escola levam esses números em conta, deixando deflagrar uma relação que, neste trabalho, vamos chamar de monolítica. Trata-se de uma relação que se marca pela via da prescrição, não tendo, em muitos momentos, uma criticidade.

**Palavras-chave:** IDEB; Projeto Político Pedagógico; Teoria do Currículo; Educação básica

## ABSTRACT

This work brings out the analysis and questioning the reality of the Basic Education Development Index (IDEB) in two public schools in Araguaína, considering the indication and the discursive merger that are under the Projeto Político Pedagógico (PPP). Assuming that the PPP is configured as a relevant document and established by law, especially the idea that they create a reality and an identity for the school institution, it is necessary to carry out this work, as it shows the way as schools, from the performance of its professionals, they give a place to the national policy of IDEB. This policy makes up the size of the school curriculum. Therefore, we sought to show how each school scales this policy and what kind of relationship is presented in this dimension, with the PPP as a starting point. Therefore, we prepared some questions such as: what is the role of PPP in the document condition that creates a reality for the school? As mentioned in the IDEB PPP? What intervention actions and confrontation of reading questions? In that sense the IDEB influence on the specifics of the practices of school management? The analysis will show that the reality of IDEB is constant within the PPP of the two schools, and the issue of school performance of students is outlined, emphatically, with the IDEB numbers as the horizon. The strategic actions outlined by the school take these figures into account, leaving trigger a relationship that, in this work, we will call monolithically. It is a relationship that is marked by way of limitation, not having, in many instances a criticality.

**Keywords:** IDEB; Pedagogical Political Project; Theory of Curriculum; basic education

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>11</b>
1.1 Delineando a Questão do IDEB .....	11
1.2 O Planejamento Escolar e o Projeto Pedagógico-curricular .....	14
<b>CAMINHO METODOLÓGICO .....</b>	<b>16</b>
2.1. Critérios de seleção da escola para análise .....	16
2.2. Circunstanciamento das características dos Projetos Políticos Pedagógicos.....	17
2.3. Critérios de seleção do que será analisado – constituição do <i>corpus</i> .....	19
2.4. Apresentação do modo como o <i>corpus</i> foi analisado .....	20
<b>ENFOCANDO O IDEB DE DUAS ESCOLAS: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES</b>	<b>21</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa aspectos relacionados ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de duas escolas públicas de Araguaína, tendo por base a descrição que se faz no âmbito do Projeto Político Pedagógico (PPP). O nosso interesse nos PPP se justifica, já que ele traduz uma realidade e uma identidade para a instituição de ensino. O PPP materializa o diagnóstico, os problemas e, por sua vez, os possíveis encaminhamentos, em termos de ações, para se enfrentar e sanar os problemas apontados. Como documento norteador da escola, ele funciona, como uma ferramenta de gestão escolar, pois dimensiona, sob diferentes ângulos, as relações pedagógicas.

O PPP é um documento oficial, que foi implantado, em 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 9394-96. Trata-se de um documento fundamental na busca da identidade da escola, que é elaborado por todos os profissionais envolvidos no processo educacional.

Dessa forma, as ações que a escola desenvolve estão relacionadas com uma interpretação dos profissionais envolvidos, visto que a equipe é coautora do planejamento e da execução das atividades como um todo. Sendo assim, é entendido que existe uma autonomia no planejamento e no desenvolvimento das ações planejadas. O PPP integra uma perspectiva curricular mais ampla, não podendo ser reduzido ao mero elenco de conteúdos, isto é, à tão propalada estrutura curricular. O PPP, como um instrumento estruturador e balizador, traduz, em seu bojo, uma teoria do currículo no âmbito da escola.

Em relação à teoria do currículo, Young (2014) argumenta que não existe um debate sobre a teoria do currículo, sem menções à teoria do conhecimento, pois as escolas lidam com o conhecimento. Ele enfatiza que a teoria do currículo dispõe de dois papéis importantes: um papel crítico e um papel normativo. A crítica deve avaliar as forças e as fraquezas do currículo, bem como a maneira como os conceitos foram utilizados; o normativo é referente às regras de sua elaboração, a seu desenvolvimento e à reflexão sobre quais valores repassar.

Pautados nessa perspectiva da teoria do currículo, cabe-nos, a partir desta pesquisa, enfocar como a política nacional do IDEB é incorporada na realidade de algumas escolas públicas da educação básica em Araguaína (TO). E, tomar os PPP, como material de análise, justifica-se, já que eles, conforme já destacamos anteriormente, figuram como um documento que cria uma realidade e uma identidade para a escola.



Em relação à valorização da educação, foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), a partir do qual se concebe o IDEB. O IDEB agrega dois fatores: indicadores de fluxo escolar, observados a partir do índice de aprovação, de reprovação e de evasão escolar, e os indicadores de desempenho nas avaliações externas, especificamente a Prova Brasil. O IDEB conquistado por cada escola permite que a gestão identifique as carências e atue com ações de intervenção, a fim de solucionar os problemas e melhorar a qualidade do ensino.

A política nacional do IDEB acaba sendo uma realidade constante para as escolas, pois há um discurso oficial em torno dessa política, que se estrutura a partir de um aparato governamental, conforme mostraremos ainda neste trabalho. Esse discurso oficial passa a operar efeitos, na realidade concreta das escolas, por meio de um discurso pedagógico, como destacaremos nas análises. É que se passa a dar um lugar de destaque à política do IDEB, a ponto de descrever e de incorporar os números do IDEB, de maneira a implicar certas ações estratégicas e, não, outras. O que se prioriza, o que se concebe como desempenho escolar dos alunos, as disciplinas que são prioridades, como é o caso da Língua Portuguesa e da Matemática, são efeitos da política do IDEB, como mostraremos em nosso trabalho de análise.

O objetivo geral de nossa pesquisa é analisar e problematizar a maneira como o IDEB ganha um espaço no PPP da Escola Estadual Cora Coralina e da Escola Estadual Clarice Lispector. Como objetivos específicos, buscamos: discutir e analisar as menções ao IDEB, à leitura e ou descritores da Prova Brasil; analisar se prevalece o papel crítico ou o papel normativo, quando da incorporação das questões do IDEB, no âmbito dos PPP. Tomamos por base algumas questões para o desenvolvimento do trabalho, quais sejam: qual o papel dos PPP na condição de documento que cria uma realidade para a escola? Como é mencionado o IDEB no PPP? Quais ações de intervenção e de afrontamento das questões da leitura? Em que sentido o IDEB influencia nas especificidades das práticas da gestão escolar?

Diante dessas questões, tornou-se relevante a realização desta pesquisa, no sentido de mostrar a tensão e a disjunção entre os efeitos de certos discursos oficiais, como o que estabelece a necessidade e a realização de provas externas, e certos discursos pedagógicos, quando se passa a focar as escolas em seus casos particulares. Os desdobramentos desses discursos são muitos e criam realidades de ações também particulares. Sendo assim, realizar uma pesquisa que enfoque a microcena das escolas, como se dar a perceber os PPP, justifica-

se, porque é possível mostrar e produzir decorrências para as injunções históricas de cada escola.

A escolha do tema em questão se justifica pela necessidade de se conhecer as ações existentes para a melhoria da qualidade educacional e como os números do IDEB alcançados pelas escolas influenciam na elaboração do planejamento curricular, bem como nas ações traçadas pela escola. O tema abordado pode ser destinado a estudantes que se interessam pelas informações acerca do IDEB e todos os profissionais da educação, que são responsáveis pela elaboração do Projeto Político Pedagógico, que traçam os direcionamentos e os controles das ações educacionais desenvolvidas na escola.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a política do IDEB e algumas questões sobre o PPP, como documento oficial. O segundo capítulo se detém no percurso metodológico que construímos para levar a bom termo a execução e a exposição das considerações deste trabalho. O terceiro capítulo versa sobre as análises dos dois PPP das escolas enfocadas na pesquisa. Trata-se do momento de descrever a materialidade, passando ao movimento de interpretação e de relação, tendo por base o ponto de problematização do trabalho, a saber: a realidade do IDEB se mostra patente, pela via de um discurso oficial, com seu aparato de legislação, e que, a depender da realidade enfocada, ganha certos efeitos, até monolítico, pela via de um discurso pedagógico que inculca os profissionais a incorporarem e a dialogarem com a realidade delineada pelos números do IDEB.

# CAPÍTULO I

## 1.1 Delineando a Questão do IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), a partir das políticas públicas encabeçadas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade da educação sob a influência de uma tendência internacional<sup>1</sup>. O IDEB combina dois indicadores, quais sejam: o desempenho dos alunos em exames padronizados e os indicadores de fluxo, como promoção, repetência e evasão. A criação do IDEB foi influenciada, também, pela necessidade de se ter um índice que fosse aplicado nacionalmente e que considerasse as peculiaridades de diferentes regiões.

O acompanhamento qualitativo da educação, no sistema do IDEB, segundo Fernandes (2007), é influenciado por duas perspectivas muito importantes: o rendimento escolar (taxas de aprovação, de reprovação e de abandono) e a aprendizagem, tomada por meio das médias de desempenho na Prova Brasil (que avalia estudantes do ensino fundamental no quinto e do nono ano) e no SAEB (que avalia os estudantes do quinto e do nono ano do ensino fundamental e, também, os de terceiro ano do ensino médio).

O princípio que rege o desenvolvimento dessas duas perspectivas está calcado na reflexão de que uma boa escola é aquela em que o aluno passa de ano com um bom aprendizado sem perder tempo com reprovações. Não é vantajoso um sistema educacional que reprova seus estudantes, fazendo com que grande parte desses abandone a escola antes mesmo de concluir a educação básica. Da mesma forma, também não é adequado um sistema educacional que aprova sempre seus estudantes, fazendo com que esses concluam o ensino médio na idade certa/precoce, tendo pouco aprendizado.

Os indicadores de fluxo e a proficiência dos alunos, que resultam na estrutura do IDEB, são calculados, juntamente, em valores de 0 a 10. A meta do MEC é que o Brasil alcance até 2021, com divulgação em 2022, ano da comemoração do bicentenário da independência do Brasil, níveis educacionais de países desenvolvidos, correspondente à

---

<sup>1</sup> A partir do final dos anos 1980, começa a surgir, na Europa e nos Estados Unidos, a ideia de avaliações mais centralizadas. Os Estados Unidos têm, hoje, uma lei federal que obriga cada estado a avaliar os alunos e a divulgar os resultados.

média 6 para anos iniciais do ensino fundamental. Essa pontuação média é característica dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>2</sup>.

Lamentavelmente, no ano de 2005, primeiro ano de implantação do IDEB, no Brasil, segundo o MEC, constatou-se um momento de situação educacional precária: o Brasil alcançou apenas 3,8 pontos. No ano de 2007, apesar de ainda não ser o esperado e estar muito distante da média 6, o INEP divulgou um resultado melhor: a média avançou para 4,2 pontos. Há aí um resultado não muito significativo, mas que denota alguma mudança no cenário educacional brasileiro.

A divulgação dos resultados de 2005, realizada no ano de 2006, também provocou mudanças positivas. A publicação dos dados é divulgada em nível nacional, estadual, municipal e, sempre, por escola. As escolas puderam conhecer seus resultados, criar metas e, ainda, comparar seus resultados com os de outras escolas. A publicação, então, afeta as escolas, no sentido de responsabilizá-las pelos resultados e, ainda, no sentido de despertá-las para certas ações que modifiquem, para melhor, os futuros resultados.

Antes, a partir da década de 80, a avaliação educacional no Brasil começou a dar seus primeiros passos. Em 1990, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que tinha como objetivo principal, segundo o Inep (2001), “contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica” (BRASIL, 2001, p. 9).

Foi possível conhecer, estadual e nacionalmente, por meio do SAEB, a situação educacional de estudantes de nível fundamental (de 4ª e 8ª séries) e médio (3ª série) nas redes rurais e urbanas, públicas e privadas. Em 2005, o processo se expandiu e deu lugar a mais um novo tipo de programa avaliativo: a Prova Brasil, a qual possibilitou mais um avanço no processo avaliativo educacional, qual seja: permitiu a aferição de resultados, também, nos municípios e em escolas públicas urbanas de ensino fundamental.

Entretanto, como verifica Vianna (2002, *apud* PAZ; RAPHAEL, 2010, p. 17), o problema do Saeb é que:

seus resultados não chegam à escola e nem aos professores, não gerando, por conseguinte, qualquer impacto no sistema de ensino. Podem dar margem a pesquisas, muitas de grande sofisticação estatística, e importantes do ponto de vista científico, cujos resultados não se traduzem em ações pelos professores.

---

<sup>2</sup> Países que ficaram entre os 20, com maior desenvolvimento educacional do mundo. A OCDE é um parâmetro técnico em busca da qualidade educacional brasileira.

Em 2007, adentrando ao contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um sistema de metas desenvolvido pelo Ministério da Educação, com uma gama de programas conectados entre si, foi criado o IDEB, para ser “um instrumento para o acompanhamento da qualidade da educação, composto de metas quantificáveis amplamente divulgadas pelo país, do qual a sociedade deve se apropriar e pelo qual os gestores públicos podem ser cobrados” (PAZ, RAPHAEL, 2010, p. 14).

O Decreto nº. 6.094/2007, que regulamenta o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, que integra o PDE, estabelece em seus artigos:

11

Art. 1º O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

Art. 2º A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes:

[...] XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referido no art. 3º;

Refere-se no Artigo 3º, do Decreto-Lei n. 6.094, de abril de 2007, que:

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.

O que se apreende, de posse de todo esse aparato governamental, é que a proposta é unir a sociedade política, familiar e escolar, a fim de se estabelecer um trabalho em conjunto em prol da educação. Nessa medida, o IDEB resulta em um processo de trabalho integrado de objetivos técnicos e políticos do INEP e do MEC, o qual é articulado às redes de ensino, que se comprometem com o levantamento e com a análise de informações, bem como com a avaliação que produz em torno do cálculo oriundo do IDEB. A partir daí, passa-se a realizar um trabalho esforçado para se alcançar as metas de qualidade.

Conforme vimos mostrando até este ponto do trabalho, a realidade do IDEB instaurou, no cenário educacional brasileiro, políticas públicas de intervenção no sistema educacional

que podem nortear algumas linhas de atuação da escola. É o caso, por exemplo, da realidade pedagógica em relação às disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Essas políticas públicas têm, por função primeira, nortear algumas balizas e, não, prescrever, em um sentido totalmente impositivo, os caminhos e os horizontes a serem delineados pela escola.

## **1.2 O Planejamento Escolar e o Projeto Pedagógico-curricular<sup>3</sup>**

Segundo Libâneo (2011), as ações da instituição de ensino são norteadas pelo projeto pedagógico-curricular, que define um plano de trabalho, apontando os objetivos e os meios de execução para que se minimizem as ações ao acaso, e, posteriormente, uma avaliação de desempenho eficiente.

Assim, nessa mesma perspectiva, para que se alcancem os resultados almejados do ensino, deve-se empreender um processo de conhecimento da realidade em que a escola está inserida, relatando as condições vigentes para prever as atividades futuras frente às necessidades encontradas. Tal processo compreende o planejamento escolar.

A princípio, o projeto pedagógico-curricular é reconhecido e legitimado como um documento que aborda um direcionamento político e pedagógico por meio de metas, de ações, de procedimentos e de instrumentos, podendo particularizar e definir áreas de atuação e de responsabilidades distintas de cada setor.

Analisando a nomenclatura “projeto pedagógico-curricular”, podemos destacar que é pedagógico, porque, ao contribuir de maneira formativa para os processos educativos, embasando o trabalho dos educadores no sentido do que ensinar, como ensinar com relevância social, propicia mais sentido às práticas educativas.

Da mesma forma é dito curricular por indicar a presença de referencial na grade curricular do ensino, como forma de projetar as diretrizes operacionais do projeto, com a finalidade de articular ainda mais os objetivos com as estratégias, criadas mediante a identificação prévia dos problemas com o ensino. E durante todo o semestre a avaliação contínua das atividades educacionais contribuem positivamente para a elaboração dessas intervenções posteriores.

Outro ponto importante é considerar que, para a execução das ações pactuadas no PPP, a organização da instituição deve ser considerada para que a gestão execute com eficiência cada etapa do processo que atendam a exigência dos objetivos propostos.

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, na esteira de Libâneo (2011), estamos usando a terminologia “Projeto pedagógico-curricular” em uma relação sinonímica com “Projeto Político Pedagógico”. Sendo assim, a oscilação terminológica, que é comum a muitos trabalhos que versaram sobre essa temática, não se configura como um problema.

Para isso é necessário, sem dúvida, garantir que as ferramentas administrativas da escola estejam preparadas, avaliando os recursos humanos e materiais presentes, tendo em vista que, estes recursos sustentam a operacionalização do ambiente escolar, compreendendo as condições físicas, financeiras, assistência pedagógica-didática ao docente, serviços administrativos, serviços gerais e inter-relação com a comunidade por meio de ações específicas.

A escola por meio de sua estrutura organizacional poderá promover o suporte contínuo do processo de ensino, que considera desde a preocupação com a higiene do ambiente, divisão do tempo de aula, ações administrativas, apoio estudantil até aproximação da família com a educação dos alunos.

Por fim, mas não mais importante da organização é o questionamento sobre a importância da formação do gestor escolar, por se tratar de uma figura diretiva com total reponsabilidade nas atividades de coordenação articulada, onde a esta pessoa é assegurada a capacidade de atribuir responsabilidades e manter a qualidade do ensino por meio de decisões estratégicas para resultados a curto e médio prazo.

Assim, todos os profissionais envolvidos devem responder a altura de sua formação e trabalho, pois só assim é possível termos uma resposta positiva sobre um aproveitamento favorável do esforço aplicado. Cabendo também um acompanhamento dos resultados pela análise coletiva das atividades, para gerar informações qualitativas e quantitativas que servirão para embasar a construção do próximo Projeto pedagógico.

## Capítulo II

### CAMINHO METODOLÓGICO

Para efetivação desta pesquisa, orientamo-nos por uma abordagem qualitativa, pois analisaremos e problematizaremos os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de duas escolas públicas de educação básica de Araguaína, Estado do Tocantins. Não se configura, como objetivo desta pesquisa, quantificar, em termos estatísticos, a análise. O nosso interesse é fazer uma incursão exploratória e qualitativa das realidades das duas escolas, tomando por base os PPP, já que, como vimos considerando no trabalho, esses PPP criam uma realidade e uma identidade para as instituições de ensino.

Ao analisarmos os PPP das escolas, objetivamos verificar o espaço que o IDEB e que algumas menções à leitura e/ou aos descritores da Prova Brasil ganham no âmbito do PPP. E, a partir da descrição e da interpretação dos fragmentos encontrados, nos PPP, foi possível obter uma visão de como as escolas demonstram uma preocupação em suas ações, da política do IDEB na realidade da escola. Para tanto, foi feito um estudo de caso de duas escolas, utilizando-se como fonte principal o *corpus* constituído a partir das análises feitas de alguns recortes, em que procuramos compreender e explorar os momentos que essas menções aparecem no PPP.

Passemos, a seguir, à circunscrição dos procedimentos metodológicos que compõem esta pesquisa.

#### 2.1. Critérios de seleção da escola para análise

A seleção das duas escolas que tiveram seus Projetos Políticos Pedagógicos analisados se deu a partir de três critérios, quais sejam:

- 1) Serem escolas públicas de Ensino Fundamental, pois a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) são avaliações para diagnóstico do sistema público de ensino do país, que enfocam, detidamente, as séries do 5º e do 9º escolares do Ensino Fundamental de escolas públicas urbanas e rurais;
- 2) Terem resultados do IDEB diferentes: uma escola que obteve um resultado mais alto e uma escola que obteve um resultado mais baixo;



- 3) Serem escolas que tenham planos de ações voltadas para a leitura e para a elevação do Índice da qualidade educacional, considerando as questões das avaliações externas.

## **2.2. Circunstanciamento das características dos Projetos Políticos Pedagógicos**

Para o desenvolvimento do presente trabalho, tomamos por base os Projetos Políticos Pedagógicos da Escola Estadual Cora Coralina e da Escola Estadual Clarice Lispector. Os nomes dessas escolas são fictícios, já que, para preservar a identidade das escolas pesquisadas, procedemos à mudança de nomes.

O primeiro Projeto Político Pedagógico analisado é referente à Escola Estadual Cora Coralina. O PPP está organizado em quatro seções, que, por sua vez, estruturam-se por meio de subseções. A primeira seção refere-se ao “Ato situacional”, essa seção está organizada em quatro subseções, a partir das quais são apresentados os seguintes aspectos: a identificação da escola, a apresentação do Projeto Político Pedagógico, o Histórico da escola e o diagnóstico. Por meio dessa seção, é apresentado o quadro administrativo da equipe que compõe a escola, a clientela com o quadro de alunos e uma visão de como é a escola. Ainda por meio dessa seção, é apresentado os números do IDEB, disponibilizados por meio de quadros.

A segunda seção aborda o “Ato conceitual e Filosófico”, dando-nos uma visão dos valores que a escola defende, a sua missão, a sua cultura, os objetivos gerais da instituição, o perfil dos docentes, dimensão jurídica e financeira, dentre outras.

A terceira seção destaca o “Ato Operacional”, em que são apresentados, por meio de quadros, os planos de ações que a escola planeja para serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo, detalhando a série, a atividade que será desenvolvida, a metodologia, os responsáveis pela execução do projeto, bem como os resultados esperados.

Na quarta seção, e última, há os anexos, composto pelo Plano de ação da equipe gestora, pelo Plano de ação da coordenação Pedagógica, pelo Plano de Ação Orientação Educacional, pelo Plano de ação das Tecnologias/Biblioteca, pelo Calendário Escolar, pelo Cronograma de atividades bimestrais 2015 e pelo Regimento Interno da escola. O PPP finaliza com a seção “Referências Bibliográficas”.

Todo o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico é apresentado de forma detalhada, em que as diretrizes, os objetivos e as ações apresentadas servirão para a equipe nortear a prática no processo educacional, criando, assim, uma realidade e uma identidade para a escola.

O segundo Projeto Político Pedagógico é referente à Escola Estadual Clarice Lispector. O PPP está organizado em dez seções, as quais se dividem, por sua vez, em subseções. A primeira seção, intitulada “Identificação da Escola”, diz respeito aos dados institucionais da escola, às modalidades de ensino oferecidas pela escola, aos dados complementares, como diretor e coordenadora pedagógica.

A segunda seção, intitulada “Ato conceitual filosófico”, dispõe sobre a apresentação do Projeto Político Pedagógico, na qual se faz uma pequena abordagem da importância do documento, no sentido de que ele norteará o processo de ensino e de aprendizagem da unidade escolar, articulando uma visão de gestão escolar participativa.

A terceira seção, cujo título é “Justificativa” aborda alguns princípios, a partir dos quais se consideram os objetivos do Projeto Político Pedagógico, destacando o esforço da equipe em alcançar as metas traçadas para o trabalho coletivo na escola.

A quarta seção, chamada “Histórico escolar”, discorre sobre um retrospecto histórico da escola, a partir do qual se faz uma breve apresentação de todo o contexto da escola desde sua criação até as condições atuais.

A quinta seção, intitulada “Gestão de Serviços e Recursos”, concerne aos apontamentos sobre “Documentação e Registros Escolares”, sobre os “Índices gerais de aprovação, de reprovação e abandono das séries iniciais, séries finais do ensino fundamental e EJA de III segmento”, sobre “Índice geral de aprovação e reprovação das disciplinas críticas diagnosticadas em 2014”, sobre “Índice de aprovação da (sic) disciplinas críticas diagnosticadas do 6º ao 9º e EJA III segmento por turno”, sobre “As avaliações externas”. Assim, faz-se um levantamento por meio de dados, dando-nos uma visão de como é se configura a realidade da escola, em termos estatísticos.

A sexta seção, cujo título é “Visão estratégica”, abrange alguns aspectos relacionados a uma visão estrutural e funcional da escola, em termos de valores, de visão de futuro, de missão e de objetivos estratégicos.

A sétima seção, denominada “Concepção do coletivo”, aborda a comunidade à qual a escola pertence, a sua cultura, como são os alunos da escola e o compromisso que a escola adota no processo de ensino e de aprendizagem. Ainda nessa seção, é exposto o perfil dos docentes, a dimensão pedagógica, o cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do ano de 2015, o conselho de classe, o currículo, a recuperação, a indisciplina e a relação aluno e professor, a inclusão, a evasão nota zero, a formação continuada, dimensão pedagógica, dimensão administrativa, dentre outros.

A oitava seção, chamada “Avaliação do Projeto”, diz respeito à avaliação do Projeto Político Pedagógico, em que se relatam os meios de como o Projeto Político Pedagógico será avaliado. Uma das formas argumentadas para a avaliação se refere ao desempenho dos alunos no IDEB, de maneira que a escola utilizará dos números desse desempenho, como forma de aferir os resultados obtidos face às projeções delineadas no âmbito do PPP.

A nona seção, intitulada “Planos de Ação”, trata-se das projeções, em termos de objetivos estratégicos, estratégias e ação, que se faz para o decorrer do ano letivo de 2015, especificando as séries e cada plano de ação, com a situação-problema, a ação-projeto de origem, a data de início e o término do projeto, o responsável e o resultado esperado.

A décima seção concerne às “referências bibliográficas”, as quais foram utilizadas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico. O PPP da escola finaliza com os anexos, apresentando um modelo de um contrato didático realizado com a família, o plano de trabalho da orientação educacional 2015 disponível em quadros e, por fim, o modelo de um projeto sobre sustentabilidade.

Como é possível percebermos, o referido documento é bem detalhado, contém ações diversas que, em termos de projeções, guiarão a equipe no processo de ensino e de aprendizagem.

### **2.3. Critérios de seleção do que será analisado – constituição do *corpus***

Os Projetos Políticos Pedagógicos em análise estão estruturados em seções, conforme já destacamos, sendo que, cada seção traz uma abordagem. O nosso *corpus* de análise é constituído das menções que se faz (1) aos números do IDEB, (2) à leitura, já que essa questão está na base do IDEB, e/ou (3) aos descritores da Prova Brasil, avaliação externa que dimensiona os números do IDEB. A partir da constituição do *corpus*, é possível mostrar e analisar a realidade das duas escolas em relação ao IDEB, dimensionando uma identidade das escolas, ao concederem um lugar, ou não, de destaque para os números do IDEB.

As referidas menções aparecem, no PPP da Escola Estadual Cora Coralina, em muitos momentos do documento. Contudo, vamos nos deter em seis momentos, já que os outros momentos abordam, com certa recorrência, a temática em questão. Na seção 1 do PPP, há: (1) “Prova Brasil”; ainda na seção 1, há: (2) “IDEB-Índice de desenvolvimento da educação básica”; na mesma seção 1, há: (3) “reconhecimento dos resultados do IDEB”. Na seção 2, há:

(4) “Reforço escolar”; ainda na seção 2, há: (5) “Avaliação do Projeto Político Pedagógico”; continuando na seção 2, há: (6) “desdobramento das metas e plano de ação”.

As referidas menções aparecem, no PPP da Escola Estadual Clarice Lispector, em muitos momentos do documento. Contudo, assim como procedemos em relação à outra escola, vamos nos deter em alguns momentos apenas, valendo-se do critério de maior representatividade das menções. No caso dessa escola, são cinco momentos em que vamos nos deter. Na seção 5, há: (1) “As avaliações externas”; na mesma seção 5, há: (2) “IDEB 5º ano e IDEB 9º ano”; ainda na seção 5, há: (3) “Uso dos resultados de desempenho escolar”; na seção 7, há: (4) “Avaliação do Projeto Político Pedagógico”; na seção 9, há: (5) “Plano de ação”.

#### **2.4. Apresentação do modo como o *corpus* foi analisado**

O *corpus* do nosso trabalho foi organizado a partir de dois grandes aspectos, como já vimos destacando, que irá deter-se em: (1) algumas menções aos números do IDEB; (2) algumas menções à leitura, tendo em vista a importância dessa questão na fundamentação e no estilo da Prova Brasil; (3) algumas menções aos descritores da Prova Brasil, já que esses descritores assumem relevância, ao abordar os conteúdos escolares, em termos de competência e de habilidade.

Para o procedimento das análises propriamente ditas, vamos mostrar, em formato Recorte Discursivo (RD), as passagens recortadas dos PPP, instrumento deste trabalho. Após a apresentação dos fragmentos do projeto político pedagógico, por meio dos RD, vamos nos guiar pelas seguintes ações: (1) descrever a materialidade do RD, de forma a mostrar como o IDEB, a leitura e/ou os descritores da prova Brasil ganha uma abordagem no PPP, em termos de discursividades; (2) interpretar a materialidade do RD, procedendo às relações de sentido, tomando como princípio o ponto de problematização da pesquisa: considerando que os PPP, como documento oficial, criam uma realidade e uma identidade para a escola, como se estabelece a abordagem do IDEB e todas as suas implicações em termos de política pública no âmbito desses documentos.

A seguir, passemos à exposição do trabalho de análise.

## **Capítulo III**

### **ENFOCANDO O IDEB DE DUAS ESCOLAS: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES**

Neste capítulo, vamos abordar a realidade de duas escolas públicas da Educação Básica de Araguaína/Tocantins, tendo como foco os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos três últimos anos (2009, 2011 e 2013).

Conforme já vimos destacando, neste trabalho, o nosso foco de análise irá se deter em: (1) algumas menções ao IDEB, visto que elas demonstram um lugar, em termos de preocupação e de ações da escola, da política nacional do IDEB na realidade da escola; (2) algumas menções à leitura e/ou (3) aos descritores da Prova Brasil, uma vez que essas menções podem demonstrar a perspectiva de leitura que as escolas adotam em termos didático-pedagógicos.

O nosso primeiro recorte de análise (RD1) diz respeito ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Cora Coralina. Vejamos o RD1:

#### **RD1**

##### **PROVA BRASIL**

O foco da Prova Brasil é o desenvolvimento das habilidades nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática nas turmas de 5º a 9º ano. Obedecendo a uma escala mínima 125 pontos com nível 0 e uma escala máxima 350 nível 9.

(PPP da Escola Estadual Cora Coralina, 2015, p. 16)

Nesse recorte, percebemos que as questões do IDEB ganham uma subseção específica no PPP da escola. Essa subseção específica, denominada de “Prova Brasil”, compõe uma seção maior chamada de “Diagnostico”, cujo subtítulo é “ Como é nossa Escola”. Diante dessa configuração, é possível ressaltar que essa escola atribui aos dados do IDEB um elemento importante na própria construção da identidade da escola, já que, ao falarem de “Como é nossa Escola”, a realidade do IDEB é mencionada.

Esse recorte discursivo apresenta, de modo breve, em que consiste o foco da Prova Brasil: que é a questão da competência e das habilidades nas áreas de Língua Portuguesa e de Matemática. Conforme já destacamos no trabalho, a perspectiva da competência e das habilidades advém da Linguística Cognitiva, que vincula a “informação” a um conteúdo que pode ser processado e mensurado. Assim, a perspectiva de leitura subjacente a essa vertente da Linguística é a de que a nossa cognição processa, a partir de mecanismos, a

informação, de modo a trabalhá-la e tipificá-la em alguns modelos. Esse trabalho e essa tipificação permitem que se construam certas competências e habilidades no processamento das “informações”. E resulta-se desse processamento a possibilidade de se gerar uma escala para mensurar o conhecimento. No RD1, há a menção à escala utilizada na metodologia do IDEB, a saber: “escala mínima de 125 pontos com nível 0 e uma escala máxima de 350 nível 9” (ARAGUAÍNA, 2015, p. 16).

O segundo recorte de análise (RD2) nos mostra os resultados do IDEB obtidos pela unidade escolar, nos anos de 2009, 2011 e 2013, bem como os números traçados (“projetados”, para usarmos os termos constantes do PPP da escola) para os mesmos anos.

## RD2

### IDEB-ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Obs. Escala de 0 a 10.

IDEB OBSERVADO						IDEB PROJETADO					
2009		2011		2013		2009		2011		2013	
Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
5,0%	4,5%	5,6%	4,8%	6,7%	4,4%	4,9%	4,0%	5,3%	4,3%	5,6%	4,7%

(PPP da Escola Estadual Cora Coralina, 2015, p. 16)

Comparando-se os dados do IDEB observado com os do IDEB projetado, podemos notar que há algum avanço no desenvolvimento educacional, por exemplo, no ano de 2009, em que se projetou 4,9% nos anos iniciais e 4,0% nos anos finais, alcançando-se, respectivamente, 5,0% e 4,5%. Esse avanço se repete até o ano de 2011, ano em que se almejou, nos anos iniciais, 5,3% e, nos finais, 4,3%; no IDEB observado, a Escola em questão obteve 5,6%, nos anos iniciais, e 4,8%, nos anos finais. No entanto, vemos um caminho diferente no ano de 2013, que, enquanto se projeta 5,6% para os anos iniciais e 4,7% para os anos finais, têm-se, como IDEB observado, 6,7 e 4,4, respectivamente, para os anos iniciais e anos finais. Diante dos dados de 2013, é possível destacar que, enquanto há um avanço nos anos iniciais, chegando-se à média 6,7%, resultado este que se mostra além do percentual almejado, nos finais, os resultados nem se aproximam do esperado.

Se considerarmos, isoladamente, os números do IDEB observado em relação aos anos iniciais, nesta escola, é possível dizer que se trata de um número considerado satisfatório, tendo por base as projeções do IDEB para o Brasil. É que, até o ano de 2021, o

Ministério da Educação (MEC) traçou, como meta, a média 6,0 para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de uma média característica de países desenvolvidos. Se enfocarmos, por outro lado, os números do IDEB observado nas séries finais, notamos que, no ano de 2013, os números não se mostram satisfatório.

No que concerne à menção dos resultados do IDEB, no Projeto Político Pedagógico da escola, essa menção aparece na seção nomeada de “Diagnóstico” e tem como subtítulo “Como é nossa escola”. Sabemos que o IDEB é, de fato, a realidade da escola, pois esse possibilita que as unidades escolares conheçam seus resultados, criem metas e, ainda, comparem seus resultados com os de outras escolas. A preocupação em colocar esse índice, como parte da identidade escolar, conforme já ressaltamos neste capítulo, é de extrema importância, visto que a escola, de certa forma, responsabiliza-se pelos resultados e, ainda, desperta-se para a elaboração de projetos de intervenção que promovam ações que modifiquem, para melhor, os futuros resultados.

A escola em questão, tendo o Projeto Político Pedagógico como um dispositivo que cria uma realidade e uma coerção para seus profissionais, tem consciência de que precisa avançar em relação ao desempenho escolar dos alunos, como percebemos a partir do recorte discursivo 3:

### **RD3**

Apesar dos resultados constata-se que o desempenho dos alunos em sala de aula exige muito esforço e empenho da equipe docente para alcançar os índices que ora apresentamos. Estes resultados serviram como referência para a elaboração das metas e planos de ação que serão trabalhados no decorrer do ano de 2015. Mediante os índices apresentados, percebemos que precisamos avançar e estamos agindo para obtermos êxito, todavia, consideramos que fazemos um trabalho de qualidade e não estamos distantes de alcançarmos as metas propostas.

(PPP da Escola Estadual Cora Coralina, 2015, p. 17)

Esse recorte contempla um discurso que aponta para o caráter complexo que o desempenho dos alunos exerce no espaço de sala de aula. Em termos pedagógicos, esse desempenho cria uma demanda, que, por consequência, acarreta a produção de uma resposta contundente dos professores, bem como um trabalho bem articulado. De posse do fragmento “... o desempenho dos alunos em sala de aula exige muito esforço e empenho da equipe docente...”, é possível notar que, indiretamente, o perfil dos alunos que a escola recebe é predicado. Trata-se de alunos que exigem um esforço e um empenho dos envolvidos na

escola, no que concerne, por exemplo, às questões de aprendizagem. São alunos que, em geral, possuem um histórico de fracasso escolar acentuado.

Ainda por esse recorte discursivo, percebemos que os profissionais que elaboraram o Projeto Político Pedagógico levam em consideração essa demanda que nasce do espaço de sala de aula, de maneira a voltar as metas e os planos de ação para essa demanda. E, conforme consta do RD3, o planejamento didático-pedagógico da escola, em 2015, é construído a partir do perfil do aluno em questão. Cumpre destacar que, como documento que cria uma realidade para a escola e que serve de norteador para as ações, o Projeto Político Pedagógico dessa escola nasce de uma construção participativa e afinada à realidade a qual a escola está inserida.

Se, por um lado, é sabido que o governo tem investido em políticas para melhorar a educação, por outro, é sabido também que os profissionais da educação precisam exercer seu papel, a ponto de traçar e de implementar planos de ação que, de fato, estejam alinhados à realidade, como é o caso dessa escola em questão. Não é possível ignorar uma realidade que se apresenta à escola como demanda. Para dizermos do foco deste trabalho, não é possível ignorar a questão do fracasso escolar dos alunos nas séries iniciais, sobretudo nas finais. Os números do IDEB dos alunos das séries finais, em 2013, conforme já apresentamos anteriormente, demonstram um aspecto desse fracasso escolar: em relação à leitura, como atividade cognitiva, certas competências e habilidades ainda não foram alcançadas por alguns alunos.

Observamos, ainda por esse recorte discursivo, que a escola considera que presta um serviço de qualidade e que os resultados alcançados não estão muito distantes do projetado. Se considerarmos o melhoramento dos números nos anos de 2009, de 2011 e de 2013, nas séries iniciais, é possível dizer que a escola tem caminhado para avançar nos resultados. Nas séries finais, com exceção do ano de 2013, notamos que esse melhoramento também se estabelece. Se traçarmos um contraponto entre os números das séries iniciais e das séries finais, vamos notar que, em termos de demanda pedagógica, há um trabalho a ser feito com os alunos das séries finais. E, como já vimos no RD3, a escola se mostra sensível a essa demanda.

A escola tem buscado propor e implementar ações para o desenvolvimento de atividades de leitura e de produção textual nas diferentes séries de ensino. Vejamos o seguinte recorte discursivo (RD4):



#### RD4

**REFORÇO ESCOLAR** – Trabalho que tende equilibrar todas as etapas e disciplinas curriculares, através de monitoramento ao educando é realizado com o aluno de baixo rendimento com dificuldade na apreensão dos conteúdos pelo professor na sala de aula, na biblioteca com o pessoal de apoio e alguns no contra turno, na hora atividade dos professores. As atividades são diferenciadas em níveis: fácil, médio e difícil de acordo com a necessidade e capacidade da turma em apreender os conteúdos não aprendidos no decorrer do bimestre ou em ano/série anterior. Este trabalho é aplicado principalmente nas disciplinas de Português e Matemática, da seguinte maneira: caderno de produção de texto e outras atividades de casa com correções semanais e monitoramento entre alunos.

(PPP da Escola Estadual Cora Coralina, 2015, p. 31)

Considerando esse recorte discursivo, notamos que a escola assume a questão do reforço escolar como uma prática sistemática e como um meio de amenizar a diferença entre as etapas de ensino e as disciplinas curriculares. Derivando uma pressuposição do seguinte fragmento “Trabalho que tende equilibrar todas as etapas e disciplinas curriculares (...)”, é possível afirmar que, na escola, há uma disjunção, em termos de rendimento escolar dos alunos, entre as séries de ensino e as disciplinas curriculares. E um modo de intervenção nessa realidade é a proposta do reforço escolar.

Sabemos que o IDEB, conforme já destacamos neste trabalho, visa à agregação de dois fatores para que a qualidade da educação seja alcançada. De um lado, há os *indicadores de fluxo*, o qual é medido pelo senso escolar que observa as taxas de aprovação, de reprovação e de evasão escolar. Por outro lado, há os *indicadores de desempenho*, que são feitos pelas provas externas, observando e mensurando o desempenho de cada aluno. Diante dessa realidade, a escola em foco tem se preocupado com a questão do desenvolvimento do aluno, pois sabemos que o processo de aprendizagem requer um acompanhamento individual, e a escola, ao projetar ações e metodologias para acompanhar o aluno com baixo rendimento, mostra a preocupação de diminuir a reprovação, bem como de elevar os níveis de aprovação.

Ainda por esse recorte, percebemos que a escola faz um acompanhamento especificamente nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, realizando atividades que envolvem a leitura e a produção textual. Essas disciplinas são contempladas nas provas externas, o que, a partir do reforço escolar, pode contribuir para que o aluno melhore o seu desempenho.

A escola em questão estabelece um destaque para o Projeto Político Pedagógico, destacando a importância desse documento para o cotidiano da escola. Consideremos o recorte discursivo 5:

## RD5

A avaliação de execução do projeto, bem como o efeito na aprendizagem será efetivado no âmbito por toda a equipe, inclusive por membros do Conselho Educacional através de manifestação oral e escrita do conhecimento do aluno nas produções textuais, aulas de campo em estabelecimentos comerciais, onde o aluno utiliza da linguagem oral e escrita, do cálculo matemático, exercitando na vida prática as teorias do Português e da Matemática com clareza e objetividade, exposição de projetos, reuniões semanais, mensais, mapeamento de ações divulgadas, as de maior sucesso, pareceres dos alunos e professores, fichas de notas dos alunos, relatórios bimestrais – SGE; resultados das avaliações internas {simulado} e externas, SALTO, PROVA BRASIL, os quais estão identificados em planilhas e gráficos. (...)/ Ressaltamos que todo o trabalho é projetado para elevar o nível acadêmico dos alunos em todas as áreas do conhecimento, o convívio social e o prazer de aprender especificamente nas linguagens das letras e do cálculo, o aluno foco principal dessa manifestação, é apresentar á equipe avaliadora respostas positivas para sanar as fraquezas diagnosticadas na elaboração e avançar na aprendizagem.

(PPP da Escola Estadual Cora Coralina, 2015, p. 42)

De posse desse recorte, vemos que a escola tem como meta melhorar a qualidade de ensino, por meio do desenvolvimento de uma prática pedagógica que contemple conteúdos das áreas de Língua Portuguesa e de Matemática. Há uma preocupação em discutir critérios e selecionar estratégias para realizar a avaliação do Projeto Político Pedagógico, de forma a contemplar os resultados com ações externas para que esses possam retornar de forma coletiva por meio de ações internas, de forma a melhorar a qualidade educacional.

Outro aspecto relevante, ainda nesse recorte, é a menção às avaliações externas, como a PROVA BRASIL e o SALTO, as quais assumem um espaço de aferição no processo de avaliação do desempenho dos alunos. E, como vimos mostrando neste trabalho, essa aferição é tomada como ponto de partida e de chegada para as diferentes ações no âmbito da escola, sobretudo para as ações que têm por função melhorar o processo de ensino e de aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico da escola em análise apresenta uma seção intitulada “Ato Operacional”. Nessa seção, encontram-se alguns planos de ação que serão aplicados no decorrer do ano letivo de 2015 e de 2016. As ações são abordadas de forma específica, de acordo com cada série; elas são apresentadas em planilhas, dando-nos uma visão dos objetivos traçados pela escola. Dessas ações, vamos focar aquelas relacionadas ao IDEB, à escrita e à leitura ou aos descritores da PROVA BRASIL.

A primeira planilha em destaque, apresentada a partir do RD6, mostra-nos ações voltadas para a elevação do desempenho do aluno, especificamente nas áreas de Língua Portuguesa e de Matemática. Vejamos o recorte discursivo 6:

**RD6**

Objetivos	ESTRÁTEGIAS	METAS (PPP)
1-Efetivar o desempenho acadêmico dos alunos da escola.	<p>1.1-Concentrar esforços nos anos/série e disciplinas críticas (Português e Matemática) nas turmas de 3° ao 5° ano.</p> <p>1.2- Concentrar esforços nos anos/série e disciplinas críticas (Língua Portuguesa) nas turmas de 6° ao 9° ano.</p> <p>1.3-Concentrar esforços nos anos/série e disciplina crítica (Matemática) nas turmas de 6° ao 9° ano.</p> <p>1.4-Concentrar esforços nos anos/série e disciplinas críticas (Ciências, História e Geografia) nas turmas de 6° ao 9° ano.</p>	<p>1.1.1.-Manter o índice de aprovação em 99,5% nas turmas de 3° a 5° ano em todas as disciplinas do currículo.</p> <p>1.1.2-Elevar o índice de aprovação em 92,9% para 93,0% em Língua Portuguesa e Língua Inglesa de 95, 7% para 95,98% das turmas de 6° ao 9° ano.</p> <p>1.1.3 – Aumentar o índice de aprovação em <b>89,8% para 89,9%</b> em Matemática das turmas de 6° ao 9° ano.</p> <p>Elevar o índice de aprovação em 96,1% para 96,2% em Ciências nas turmas de 6° ao 9° ano.</p> <p>Elevar o índice de aprovação em 96, 9% para 97, 0% em Geografia nas turmas de 6° ao 9° ano.</p>
2.Modernizar a gestão da escola.	2.1- Estabelecer estratégias de gerenciamento escolar.	<p>2.1.1-Fortalecer a gestão democrática e principalmente da escola.</p> <p>2.1.2-Desenvolver atividades anuais para estudos da legislação educacional.</p> <p>2.1.3 – Aplicar 100% dos recursos financeiros recebidos de forma transparente e participativa.</p>

(PPP da Escola Estadual Cora Coralina, 2015, p. 44)

De posse desse recorte discursivo, notamos que a escola relaciona os objetivos a estratégias e, por sua vez, a metas. São descritos dois objetivos que se voltam para o desempenho do aluno e para a questão da gestão escolar. Esses objetivos ganham uma articulação, no âmbito do PPP da escola, que, derivando uma interpretação nossa, podem ser considerados do seguinte modo: o primeiro objetivo concerne a uma atividade “fim” da atividade pedagógica, que é o desempenho escolar em si dos alunos, enquanto o segundo objetivo é concernente a uma atividade “meio”, que é a forma como se alcançar o primeiro objetivo.

Em termos de estratégias, a tabela apresenta quatro estratégias, articuladas ao primeiro objetivo. Trata-se de estratégias iguais a todos os ciclos de ensino que a escola atende, mudando apenas o ciclo e as disciplinas, como é o caso das estratégias 1.1 e 1.2, por exemplo.

Já em relação ao segundo objetivo, há apenas a menção a uma estratégia. Essa estratégia traz, como ponto de aplicação, a questão do gerenciamento escolar.

Em termos de metas, a tabela traz cinco pontos que se relacionam ao primeiro objetivo e às quatro estratégias. O primeiro ponto destaca a manutenção dos índices de aprovação dos alunos das turmas de 3º ao 5º ano escolar. Cumpre ressaltar que, nessa fase, os números do IDEB da escola se mostraram satisfatórios, conforme já destacamos neste trabalho. Há, assim, uma linha de coerência entre: os números do IDEB e o índice de aprovação dos alunos nessa fase escolar.

As outras metas apontam para a necessidade de se elevar os índices de aprovação escolar nas turmas de 6º ao 9º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa, de Matemática, de Geografia, de Ciências e de História. Ressaltamos que, nessa fase, os números do IDEB da escola, no ano de 2013, causam uma preocupação, em termos de desempenho escolar dos alunos. Essa preocupação demanda dos profissionais da escola certos movimentos de enfrentamento; uma realidade a ser enfrentada pela escola. As metas relativas ao segundo objetivo e à segunda estratégia salientam ações que se concentram na gestão escolar, desde estudos da legislação educacional até o gerenciamento e a aplicação de recursos financeiros.

Por questão de extensão, outras tabelas que aparecem no PPP da escola em foco serão mobilizadas, neste trabalho, no formato anexo. Trata-se de duas tabelas com estruturação e com configuração semelhantes. Nessas tabelas, é estratificada a dimensão pedagógica da seguinte maneira: indo da ordem de “ação”, passando pela “situação problema”, identificando a “ação”, atribuindo o responsável, deixando em branco, para posterior preenchimento, as colunas destinadas ao “resultado alcançado”, ao “custo” e à “fonte”.

O PPP da escola, como um documento que cria uma realidade e uma identidade da instituição escolar, ao vislumbrar as ações futuras, como percebemos a partir das tabelas mencionadas, mostra um planejamento estratégico por parte dos profissionais envolvidos na Escola Cora Coralina. Conforme Libâneo et al. (2011), a gestão escolar reclama um planejamento. E esse planejamento precisa ser participativo, em que a comunidade escolar trace metas e meios de se alcançar bons índices de desempenho da atuação da escola em si. Sobretudo, bons índices do desempenho escolar dos alunos, já que esse desempenho concerne à missão maior da escola.

Segundo vimos mostrando, em nossa análise, a questão do IDEB é incorporada no planejamento da escola em análise; inclusive os números do IDEB passam a direcionar as ações estratégicas da escola, no sentido de criar uma demanda maior nos anos finais escolares.

Como percebemos, há uma sintonia entre: desempenho não satisfatória nas provas do IDEB e índice de aprovação no ano escolar. Tratam-se realidades que se articulam, e que a escola precisa criar meios de se reverter essas realidades.

Uma consulta ao texto “Teoria do currículo: o que é e por que é importante”, de Michael Yong (2014), lança luz a essa realidade com a qual a escola precisa comprometer. E, no caso em questão, percebemos que ela se compromete. Logo no início do texto, o autor pergunta: “o que todos os alunos deveriam saber ao deixar a escola?”. Tal pergunta, no texto do autor, está em função das questões do currículo. Essa pergunta, ao ser articulada à problematização desta pesquisa, leva-nos a elaborar outra pergunta: Em termos de projeto pedagógico-curricular, a escola pode se centrar somente nas avaliações externas?

Dependendo da perspectiva que se adota para propor uma resposta a essas perguntas duas tendências, minimamente, são possíveis: (1) aquela que vê, como satisfatório e produtivo, alinhar o processo de ensino e de aprendizagem às avaliações externas, como é o caso do IDEB. Assim, esse processo passa a ser estruturado e configurado nos moldes da avaliação externa. E em termos curriculares, passa-se a focar e a conduzir o processo pautado nas diretrizes das avaliações externas. (2) Aquela que concebe, como problemática, a interferência e a intervenção que essas avaliações operam no ensino e na aprendizagem no espaço escolar.

Muitos teóricos, inscritos nessa segunda tendência, destacam que o currículo escolar não pode se reduzir às diretrizes das avaliações externas. A escola, para eles, não pode ter uma atuação limitadora. Pensar o currículo, segundo essa tendência, é algo mais amplo, reclamando um papel crítico e normativo em relação à realidade (Cf. YOUNG, 2014). É crítico, no sentido de que as questões curriculares nascem de campos disciplinares, de maneira a instaurar uma relação entre “o objeto da teoria” e “a teoria desse objeto”. É normativo, não no sentido de prescritivo, mas, sim, no sentido de que é necessário partir de certos parâmetros, balizas. O papel crítico e normativo é articulado entre si. Do contrário, ter-se-ia ora um currículo sem fundamentos em campos disciplinares, ora um currículo impositivo, prescritivo. A depender da relação da comunidade escolar com o currículo e com as questões que dele advêm, as orientações ganham contornos mais nefastos ou não.

O nosso próximo recorte de análise (RD7) diz respeito ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Clarice Lispector. Trata-se de uma outra escola foco de nossa pesquisa. Consideremos o RD7:

**RD7**

As Avaliações externas

Quanto ao IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, a escola está tendo um crescimento significativo nas séries iniciais, a qual desde dois mil e sete está alcançando as metas projetadas, porém as séries finais do Ensino Fundamental demandam uma preocupação para a equipe e um desafio que temos que superar, pois o IDEB observado em dois mil e onze demonstra uma queda, o que requer da equipe um momento de reflexão/ação sobre a metodologia adotada em sala de aula e a busca pelo acompanhamento da família na vida escolar dos filhos, para que em dois mil e treze nossa escola alcance ou até mesmo superar a meta projetada no IDEB, bem como no SALTO, visto que a equipe escolar é comprometida e trabalha sempre em prol de educação de qualidade para todos os alunos.

(PPP da Escola Estadual Clarice Lispector, 2015, p. 28)

Nesse recorte, analisando o PPP da referida escola, percebemos a preocupação com o IDEB e com o SALTO, ambos são mecanismos de avaliação externa, já que a realidade da escola se mostra frágil nas séries finais. Como maneira de intervir nessa realidade, como notamos a partir desse recorte discursivo, a equipe de profissionais da escola destaca dois aspectos importantes: (1) a questão da metodologia que o professor utiliza em sala de aula; (2) a questão da participação da família no contexto escolar dos alunos. Cumpre salientar que a escola dá um lugar de destaque para as avaliações externas, pois essas avaliações dão um certo retorno para a escola, em termos de ações a serem implantadas e implementadas, em resposta às “metas projetadas” pelo PPP.

A subseção específica, denominada de “As avaliações externas”, compõe uma seção maior chamada de “Diagnóstico”. A aceitabilidade do problema, por parte da escola, como um “desafio que temos que superar”, revela um modelo de escola que também leva em conta os resultados obtidos nas avaliações externas para compor as ferramentas e os direcionamentos futuros de ação, a fim de melhorar e de preparar os alunos em busca de uma qualificação eficiente nas séries finais, como vimos considerando.

Ainda por esse recorte discursivo, é possível destacar que a escola se mostra sensível à busca por uma melhora na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, a fim de se obter resultados satisfatórios. Assim, no âmbito do PPP, menciona-se a responsabilização que a equipe de profissionais da escola tem de ter com a educação de qualidade. A equipe, conforme o RD7, “trabalha sempre em prol da educação de qualidade”, para usarmos os termos constantes do PPP.

O próximo recorte de análise retirado do PPP da escola em questão concerne aos números do IDEB dos anos de 2005, de 2007, de 2009, de 2011 e de 2013. Esses números aparecem em tabelas, nas quais se faz um paralelo entre o “IDEB observado” e a “Meta

Projetada”. Cabe destacar que, no PPP, aparece a seguinte inscrição: “meta projetado”. Vejamos o RD8.

### RD8

#### IDEB 5º ANO

ESCOLA ESTADUAL CLARICELISPECTOR	IDEB OBSERVADO					META PROJETADO						
	2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
	4.3	4.8	4.9	5.1	5.7	4.4	4.7	4.9	5.1	5.4	5.7	5.9

#### 9º ANO

ESCOLA ESTADUAL CLARICELISPECTOR	IDEB OBSERVADO					META PROJETADO						
	2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
	4.5	4.4	4.7	3,7	3,8	4.5	4.7	4.9	5.3	5.7	5.9	6.2

(PPP da Escola Estadual Clarice Lispector, 2015, p. 28)

Nesse recorte, é possível observar, a partir da análise da primeira tabela referente ao 5º ano (séries iniciais), que os números do IDEB, no geral, nesse ciclo, tiveram bons resultados. As projeções para o ano de 2005 não foram satisfatórias, contudo se evolui com êxito para os anos seguintes, sendo que, em 2009, a escola alcançou exatamente a meta projetada, que foi 4.9. Em 2011, os valores dos resultados observados em relação ao IDEB obtido e a meta projetada mostram que a escola obteve o mesmo resultado previsto na meta projetada, que é 5.1. Em 2013, a escola superou sua meta, a partir da qual se projetava 5.3, tendo obtido, como IDEB alcançado, 5.7.

Nessa perspectiva, vemos que, em relação às séries iniciais, a escola tem superado as metas, e que os resultados, de acordo com as projeções, podem ser considerados razoáveis. Tendo em vista que a escola faz periodicamente o planejamento de suas ações, com o objetivo

de repactuar a sua atuação, há um anseio da escola com a preparação do aluno, o que demonstra preocupação em aumentar o nível de conhecimento esperado pelo esforço dedicado em sala de aula. Entende-se que, para cada fim de ciclo, o aluno deve estar preparado para dar continuidade em sua vida escolar, considerando o fluxo dos anos escolares. O aluno pode desempenhar, nas fases posteriores, bons resultados. Ou seja, os resultados obtidos nas séries iniciais refletem nas séries finais do ensino fundamental, e assim por diante.

No que se refere ao 9º ano (séries finais), considerando a segunda tabela constante do RD8, percebemos uma queda nos números. Esse recorte discursivo traz um ritmo aceitável de resultados quantitativos do IDEB até o ano de 2009, apresentando igualdade entre o IDEB observado e a Meta Projetada para as séries finais. Em 2009, a escola conseguiu manter o resultado, de acordo com o IDEB projetado, que é 4.7. Em 2011, os números sofreram uma queda, enquanto se projetava 4.9, a escola obteve 3,7 no IDEB observado. Em 2013, a escola avançou muito pouco em relação às projeções, tendo como resultado 3,8, enquanto se esperava 5.3. Esses últimos números geram uma preocupação, tendo em vista a necessidade de inserção desses alunos no ensino médio, os quais terão pela frente o desafio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as provas de vestibular, para dizer de contextos de avaliação, e a inserção social em si nas práticas de letramento.

A realidade desses números permite analisar, refletir e discutir quais os métodos utilizados pela equipe de profissionais da escola, nos anos iniciais e nos anos finais, que fazem com que os números decresçam, no caso dos anos finais; e mais: quais as ações que a escola desenvolve para que essa realidade possa mudar ou melhorar, conforme mostraremos mais a diante.

Consideremos, a seguir, o próximo recorte discursivo de nosso trabalho de análise, o RD9.

### **RD9**

Uso dos resultados de desempenho escolar – Nesse indicador a Escola reconhece que tem muito a melhorar, visto que a equipe tem conhecimento da realidade dos resultados alcançados pelos alunos no que se refere as avaliações internas e externas aplicadas no decorrer do ano letivo, porém falta um trabalho voltado para avançar qualitativamente e quantitativamente nos indicadores referentes ao desempenho escolar dos alunos e da equipe como um todo.

(PPP da Escola Estadual Clarice Lispector, 2015, p. 16)

Nesse recorte discursivo, notamos que a equipe de profissionais da escola destaca que o resultado de avaliações internas e externas servem de base para se medir o desempenho



escolar dos alunos. E que essas avaliações têm mostrado números insatisfatório, indicando que há uma demanda a ser enfrentada. Por mais que o processo de avaliação escolar seja mais amplo e complexo, como asseguram algumas teorias pedagógicas, percebemos, de posse de tal recorte discursivo, que os números quantificados por avaliações internas e externas ainda são instrumentos possibilitadores da criação de uma demanda para a escola.

Desse modo, a escola faz uso do indicador de desempenho, buscando fomentar o preparo de uma gestão escolar que seja pró ativa na tomada de decisões em relação aos números demonstrados pelas avaliações internas e externas. Como vimos salientando, no que concerne às avaliações externas, os números do IDEB ganham uma força singular na realidade dessa escola em questão.

Ainda por esse recorte discursivo, notamos que a alternativa destacada, no âmbito do PPP, para se enfrentar a realidade dos números, é o trabalho conjunto na escola. Assume-se que há a falta de um trabalho pedagógico capaz de reverter essa realidade tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Contudo, a despeito de se mencionar a necessidade de um trabalho conjunto, não há, de forma clara e sistemática, o delineamento do modo como esse trabalho poderia se dar. E, por decorrência, o modo de como a realidade poderia ser revertida.

Vejamos o nosso próximo recorte de análise:

#### **RD10**

Após avaliar cada conteúdo ministrado, o professor irá fazer um levantamento do aproveitamento da turma, verificando avanços e deficiências na aprendizagem, diagnosticando baixo rendimento, será feita paralelamente uma revisão, recuperando aqueles que não desenvolvem as competências e habilidades necessárias exigidas no conteúdo ministrado, caracterizando dessa forma a avaliação contínua e recuperação paralela. Também como forma de analisar o processo ensino aprendizagem, existem as avaliações externas, tais como: Prova Brasil, SALTO, Olimpíadas de Língua Portuguesa e matemática, Enem que evidenciam nos resultados do desempenho acadêmico de nossos alunos e do ensino ofertado pela escola.

(PPP da Escola Estadual Clarice Lispector, 2015, p. 44)

Nesse recorte discursivo, é possível observar que a questão da avaliação se mostra como uma etapa e um procedimento importantes na realidade da escola. É sabido que todo professor, no espaço de sala de aula, necessita proceder ao processo de avaliação. E é sabido, também, que o nível de aproveitamento de aprendizagem pelos alunos é medido, mensurado, na avaliação. Ou seja, a avaliação tem, como fim último, dizer, de certa maneira, o que foi aprendido e o que não foi aprendido. E, a partir dessa distinção de aprendizagem, o

professor pode realizar certos procedimentos de “recuperação” dos conteúdos não aprendidos, passando a criar condições para que o aluno construa as competências e as habilidades, até então não alcançadas.

Chama-nos a atenção, nesse recorte discursivo, o lugar que as avaliações externas ganham nessa parte do PPP. É que elas ganham um estatuto de mecanismo deflagrador e possibilitador de análise do processo de avaliação. Um processo intimamente interno à escola que passa a sofrer interferências e intervenções externas.

Neste ponto, poderíamos retomar as considerações que fizemos pautados em Young (2014). Dependendo da perspectiva que se adota para analisar essa interferência e essa intervenção, algumas problematizações se tornam possíveis. Há aquela que nos permite dizer que o alinhamento do discurso da escola com o discurso do IDEB é produtivo, já que se trata de uma maneira a mais de aferir o desempenho escolar dos alunos, como todos os problemas que essas avaliações possuem. Há aquela que nos possibilita destacar que esse alinhamento entre discursos é, altamente, improdutivo para a escola. Já que a missão da escola é muito mais ampla e de responsabilidade em si dos profissionais da escola e da família.

Além disso, esse alinhamento de discurso pode significar uma relação monolítica e prescritiva em relação à política nacional das avaliações externas, em que o IDEB assume um lugar proeminente, conforme vimos analisando neste trabalho. Espera-se, em certo sentido, que a escola posicione de modo crítico frente à essa política nacional. Entretanto, sabemos que, no caso do IDEB, o investimento financeiro está atrelado ao desempenho escolar dos alunos. Trata-se de uma lógica complexa para a escola.

Em termos de ações, o PPP da escola traz um quadro sintético em que se articulam os objetivos estratégicos, as estratégias e as metas. Consideremos, a seguir, o RD11, que apresenta esse quadro:

## **RD11**

### **PLANO DE AÇÃO OBJETIVOS ESTRATEGICOS, ESTRATEGIAS E METAS**

<b>OBJETIVOS ESTRATEGICOS</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
Elevar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.	1.1 Concentrar esforços nas séries e disciplinas críticas como: Língua Portuguesa e Matemática. 1.2 Incentivar a permanência dos alunos na escola. 2.1 Buscar a interação entre os	1.1.1- Elevar o índice geral de aprovação de 6º a 9º ano, do Ensino Fundamental de 68.1 % para 69% em Língua Portuguesa de 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino

	<p>pais e a escola, através da participação efetiva dos mesmos nas atividades pedagógicas e ações da U.E.</p>	<p>Fudamental; e de 87,4% para 89,0% para EJA III segmento em Língua Portuguesa.</p> <p>1.1.2- Elevar de 61,6% para 62,4% o índice de aprovação em Matemática do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e de 68,7% para 70,0% na EJA III segmento.</p> <p>1.1.3- Realizar 12 atividades para incentivar a permanecia dos alunos na escola;</p> <p>1.1.4- Realizar 12 atividades referente ao Programa Mais Educação para melhorara o desempenho acadêmico dos alunos na escola.</p> <p>2.1.2 – Executar 06 ações democráticas que ampliem possibilidades de integração e mobilização da escola, da sociedade em prol de uma educação de qualidade.</p>
--	---	--

(PPP da Escola Estadual Clarice Lispector, 2015, p. 113)

O objetivo estratégico que é traçado, no âmbito do PPP da escola, diz respeito à necessidade de se melhorar o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos. Esse processo ganha destaque na proposição da escola. Atrelado a ele, há três grandes estratégias, sendo que a primeira contempla a necessidade de um trabalho estratégico em relação às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; a segunda se detém na necessidade de os alunos terem uma vivência mais direta e plena no contexto escolar; a terceira aborda a necessidade de um diálogo sistêmico entre a família e a escola, de maneira a firmar uma relação contundente entre os envolvidos na escola.

Articuladas aos objetivos estratégicos e às estratégias, há cinco metas da escola para o período de vigência do PPP. As primeiras buscam tornar os índices de aprovação em Língua Portuguesa e em Matemática melhores, tanto no Ensino Fundamental quanto no ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como essa escola atende o público da EJA, percebemos que, em termos numéricos, há uma demanda maior, se compararmos à demanda do Ensino

Fundamental. Daí a necessidade de ações voltadas para essas demandas. As duas ações subsequentes às duas primeiras, expressam a necessidade, pontual, de realização de doze atividades voltadas, respectivamente, para a permanência do aluno na escola e para o Programa Mais Educação, visando à melhoria do desempenho escolar dos alunos. A última ação está voltada para a execução de 06 ações que possibilitem um movimento de integração e de mobilização entre escola e sociedade.

Ao longo do PPP da Escola Estadual Clarice Lispector, há outros quadros que resumem o plano de ação da escola em relação às diferentes demandas que toda instituição de ensino possui. Não vamos nos deter em todas elas, já que o nosso objetivo é mostrar, em termos de recorte, o planejamento dos profissionais dessa escola em questão para o momento em que o PPP foi elaborado. Sobretudo, mostrar que muitas das ações, como se trata do caso desse quadro em análise, dialogam e/ou levam em consideração a realidade do IDEB. Veja o Anexo II deste trabalho para conhecer outros momentos em que a questão do IDEB ganha uma circunscrição no âmbito do PPP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscamos analisar e problematizar o modo como a realidade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de duas escolas públicas de Araguaína (TO) ganha uma circunscrição no âmbito dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Conforme vimos tematizando neste trabalho, o PPP se configura, como um documento relevante e de base para a gestão escolar. E, em sendo assim, lançar luz a esse documento, para pensar as questões do IDEB, mostra de que modo as avaliações externas, como é o caso do IDEB, influenciam as escolas. Fatalmente, dado o aparato governamental, é sabido que as escolas passam a sofrer as implicações das avaliações externas, pois se trata de um modo a mais de se aferir o desempenho escolar do aluno. Entretanto, foi necessário mostrar e problematizar de que modo essa problematização se efetiva, a depender da escola.

Como mostramos, analiticamente, as menções ao IDEB no documento das duas escolas tornam uma regularidade. A realidade do IDEB é tomada, como parâmetro para delinear o problema do desempenho escolar, que, no caso das duas escolas, aparece um pouco satisfatório nas séries iniciais e razoáveis nas séries finais. Para além do delineamento, passa-se também, a partir dos números do IDEB, a propor objetivos estratégicos, estratégias e ações. É o caso, por exemplo, como mostramos nas análises, quando, no âmbito do PPP, contemplam as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, no plano de ações, segundo o caso da segunda escola, por exemplo.

De posse das análises, tendo por base o modo como aparecem as menções ao IDEB, aos números do IDEB, à leitura, dada a importância que ela assume no estilo de prova do IDEB, aos descritores da Prova Brasil, é possível dizer que há a constituição de uma relação monolítica das escolas com a política pública do IDEB. É que na esteira de Young (2014), vimos que, do modo como se incorporam os números do IDEB, passa-se a apagar o papel crítico que a escola precisa desempenhar em relação a essa avaliação externa. Desse modo, estabelece-se um vínculo prescritivo, de imposição, com tal avaliação.

É preciso ler essa relação monolítica da escola com a avaliação externa com certa criticidade. Se, por um lado, cabe aos profissionais da escola, por meio do PPP, delinear a realidade e uma identidade para as ações pedagógicas, por outro lado, é verdade também que o aparato governamental, por meio da legislação e das diretrizes oficiais, cria limites de decisão para a escola. Há um discurso oficial que engendra possibilidades e limites de práticas no âmbito escolar. As saídas possíveis para as possibilidades e os limites são, totalmente, particular para as escolas. Há uma contingência que pertence à realidade de cada escola.

A realização desta pesquisa buscou lançar luz à realidade do IDEB descrita no âmbito dos PPP das duas escolas no sentido de mostrar os diferentes discursos que intervêm na instituição escolar. Trata-se de uma instituição que é atravessada por diferentes discursos que se não bem problematizadas barateia, simplifica, fragmenta o objeto de trabalho da equipe de profissionais que nela atuam. Para finalizarmos, é preciso destacar que esta pesquisa procura desenvolver, em forma de parceria de trabalho, certas realidades às escolas que serviram de foco para a análise e a problematização que ora construímos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº10.172, de janeiro de 2001.** Aprova o Plano de Educação e outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.094, de 24 de Abril de 2007.** Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/207/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/207/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 22 de março de 2016.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2007.

LIBÂNEO, José Carrlos; OLIVEIRA, João Ferrreira de; TOSHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** política, estrutura e organização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAZ, Fábio Mariano; RAPHAEL, Hélia Sônia. **O IDEB e a qualidade da educação no ensino fundamental:** fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. *Omnia Humanas*, v.3, n1, 2010.

YOUNG. **Teoria do currículo:** o que é e por que é importante. *Cad.pesq.* v.44,n.151, p. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742014000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000100010). Acesso em: 15 de abril de 2016.





## ANEXOS

*Desdobramento das metas em Plano de Ação – 2015*

*Nome da Escola: Escola Estadual Cora Coralina*

*Objetivo Estratégico: Elevar o desempenho acadêmico dos alunos.*

*Estratégia: 1.1- Concentrar esforços nos anos/série e disciplinas críticas*

*Meta: 1.1.1- Manter o Índice de aprovação em Língua Portuguesa 99,5% nas turmas de 3º ao 5º ano.*

*Indicador da Meta:  $\{( N^\circ \text{ de alunos aprovados nas turmas de } 3^\circ \text{ ao } 5^\circ \text{ ano} / n \text{ total de alunos de } 3^\circ \text{ ao } 5^\circ \text{ ao}) \times 100\}$*

*Início: Fevereiro/2015 Revisão: Bimestral Término: Dezembro/2015.*

D I M E N S Ã O P E D A G Ó G I	ACÇÕES	SITUAÇÃO PROBLEMA	AÇÃO	PERÍODO		RESPON SÁVEL	RESUL TADO ALCAN ÇADO	CUSTO		FONTE
	Nº			INÍC.	TÉR.			CAP.	CUST.	
	01	Carência no desenvolvimento das competências leitora e escrita, de leitura expressiva, na produção textual, compreensão e interpretação textual comprometendo assim o ensino e a aprendizagem nas diferentes etapas da linguagem, constatado nas produções de texto, quando não há coerência e clareza de ideias.	<b>Realizar bimestralmente uma roda de leitura nas turmas de 3º a 5º ano.</b>	02/15	12/15	Sônia Meneses				
	02		Realizar por semestre gincana interdisciplinar.	02/15	12/15	Sônia Meneses				
	03		<b>Realizar semestralmente uma aula de contadores de história.</b>	02/15	12/15	Rozania Fonseca				

C A										
	04		<b>Realizar no bimestre uma dramatização das fábulas trabalhadas.</b>	02/15	12/15	Vanda Pinto				
	05		<b>Realizar bimestralmente uma aula de conto e reconto de fábulas ou Contos infantis lidos pelos alunos.</b>	02/15	12/15	Inajara				
	06		<b>Realizar anualmente uma exposição de poesias e poemas no espaço interno da UE.</b>	02/15	12/15	Inajara				

(PPP da Escola Estadual Cora Coralina, 2015, p. 45)

*Desdobramento das metas em Plano de Ação – 2015*

*Nome da Escola: Escola Estadual Cora Coralina*

*Objetivo Estratégico: Elevar o desempenho acadêmico dos alunos.*

*Estratégia: 1.1- Concentrar esforços nos anos/série e disciplinas críticas*

*Meta: 1.1.2- Elevar o Índice geral de aprovação em 92,9% para 93,0% em Língua Portuguesa e de 95,7% para 95,8% em Língua Inglesa nas turmas de 6º ao 9º ano.*

*Indicador da Meta: {( N° de alunos aprovados nas turmas de 6º ao 9º ano em língua portuguesa e inglesa/nº total de alunos de 6º ao 9º ao) x 100]*

*Início: Fevereiro/2015 Revisão: Bimestral Término: Dezembro/2015.*

Dimensão	Ações	SITUAÇÃO PROBLEMA	AÇÃO	PERÍODO		RESPONSÁVEL	RESULTADO ALCANÇADO	CUSTP		FONTES
	Nº			INÍC.	TÉR.			CAP.	CUST.	
Pedagógica	01	Baixo desenvolvimento na leitura e escrita, no processo de produção de textual lento e sem contextualização, pouco conhecimento linguístico e vocabular, ortografia precária e compreensão dos textos produzidos pelos alunos Pouco conhecimento das estruturas inglesas e baixo relacionamento professor/alunos.	Realizar duas apresentações teatrais por semestre a partir de livros lidos.	02/15	12/15	Antonio Edson				
	02		Realizar anualmente um recital de poesias com as turmas de 9º ano.	02/15	12/15	Sandra Mara Jatobá				
	03		Promover uma gincana anual de conhecimentos linguísticos nas	02/15	12/15	Jesilda Silva Ramos				

			turmas de 6º ao 9º ano, (PDE).							
	04		Realizar anualmente uma pesquisa sobre as culturas de outros países que utilizam a língua inglesa.	02/15	12/15	Maria de Jesus Nogueira				
	05		Realizar anualmente uma gincana d língua inglesa nas turmas de 6º ao 9º.	02/15	12/15	Maria de Jesus de Nogueira				
	06		Promover semestralmente um bongo de conhecimentos de linguísticos de Língua Inglesa.	02/15	12/15	Nájia Brandão				
	07		Produzir e expor anualmente um portfólio com gêneros textuais trabalhados	02/15	12/15	Cleneide Moreira de Almeida				

			no decorrer do ano.							
	08		Aplicar semestralmente um simulado das disciplinas Português e Inglês nas turmas de 6º ao 8º.	02/15	12/15	Adriana Denise Getúlio Abreu				
	09		Controlar e relacionar bimestralmente a quantidade de livros lidos do 3º ao 9º ano.							

(PPP da Escola Estadual Cora Coralina, 2015, p. 49)

PLANO DE SUPORTE ESTRATÉGICO – PLANO DE AÇÃO  
Desdobramento das metas dos planos de ação – 2015

Nome da Escola: Estadual Clarice Lispector

Objetivos estratégico: 1 – Elevar o processo ensino e aprendizagem dos alunos.

Líder do objetivo: Josenita Félix da Cunha ( Coordenadora Pedagógica)

Estratégia: 1.1 – Concentrar esforços nas disciplinas e séries críticas

1.1.3 – Meta 1.1.1 – Elevar o índice geral de aprovação de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de ..... em Língua Portuguesa e de 87,4% para 89,0% EJA III segmento em Língua Portuguesa.

Indicador da Meta:  $[(N^{\circ} \text{ de alunos aprovados em L. Portuguesa } 6^{\circ} \text{ ano} / N^{\circ} \text{ total de alunos dos } 6^{\circ}) \times 100$

$[(\text{N}^\circ \text{ de alunos aprovados em L. Portuguesa } 7^\circ \text{ ano} / \text{N}^\circ \text{ total de alunos dos } 7^\circ) \times 100]$

$[(\text{N}^\circ \text{ de alunos aprovados em L. Portuguesa } 8^\circ \text{ ano} / \text{N}^\circ \text{ total de alunos dos } 8^\circ) \times 100]$

$[(\text{N}^\circ \text{ de alunos aprovados em L. Portuguesa } 6^\circ \text{ ano} / \text{N}^\circ \text{ total de alunos dos } 6^\circ) \times 100]$

$[(\text{N}^\circ \text{ de alunos aprovados em L. Portuguesa da EJA } 3^\circ \text{ seg.} / \text{N}^\circ \text{ total de alunos da EJA } 3^\circ \text{ segm.}) \times 100]$

Gerente do Plano de Ação: (Professora) Roquisfran

Início: Fevereiro/2015 Revisão: Trimestral Término: Dezembro/2015.

Nº	SITUAÇÃO PROBLEMA	AÇÃO/PROJETOS DE ORIGEM	PERÍODO		RESPONSÁVEL	RESULTADO ESPERADO	INDICADOR	CUSTO		QUEM FINANCIARÁ
			INÍCIO	TÉRMINO				CAPITAL	CUSTEIO	
	Alunos com baixo desempenho em leitura, escrita e interpretação textual, o que interfere no plano de desenvolvimento das habilidades das demais disciplinas.	01-Executar anualmente o projeto Vinicius de Moraes nas turmas de 6º ao 9º ano respectivamente/Biblioteca Escolar.	02/2015	12/2015	Dalzirene Roquisvan Marly Antonia Zilda	Alunos mais envolvidos e interessados pela leitura.				Gestão 2015
01		02 - Realizar semanalmente uma aula para a resolução das atividades que contemplem os descritores SALTO e da Prova Brasil de Língua Portuguesa com alunos de 5º ao 9º ano.				Avanço nos resultados das avaliações e melhoria na aprendizagem dos alunos.	Atividades dos alunos e o resultado das avaliações do SALTO			Gestão 2015.

SITUAÇÃO-PROBLEMA	AÇÃO: PROJETO DE ORIGEM	PERÍODO		RESPONSÁVEL	RESULTADO ESPERADO	INDICADOR	CUSTO	QUEM FINANCIA
		INICIO	TÉRMINO					
	05- Ler com os alunos do 5º ao 9º ano 2 livros por semestre, em parceria com a Biblioteca.	02/2015	12/2015					
	06- Realizar semestralmente um café literário para expor as poesias produzidas pelos alunos na oficina de produção de textos com os alunos de textos com os alunos do 5º ao 9º ano e EJA II E III Seg.							
	07- Realizar semestralmente 08 ações do Plano de Intervenção do Pedagógico visando desenvolver os descritores do SALTO em Língua Portuguesa.							

